

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 14 • ANO DE 2012



EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

CÔAVISÃO

ECONOMIA, CIÊNCIA E CULTURA

N.º 14 • ANO DE 2012

Trabalho coordenado por
JOSÉ MANUEL COSTA RIBEIRO
ANTÓNIO N. SÁ COIXÃO

Foto da capa:

Monumento às gravuras no início da renovada Avenida Gago Coutinho
e Sacadura Cabral em Vila Nova de Foz Côa – Foto de José Ribeiro

Composição e impressão:

Côa Gráfica – Artes Gráficas, Lda. – V. N. de Foz Côa
Depósito Legal n.º 121116/98
ISBN 978-972-8763-25-1

EDIÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
2012

Índice

Prefácio	5
Introdução.....	7
Por milhões de razões... para uma protecção colectiva de um património cultural universal de valor excepcional	9
Regresso a Almendra	13
Museu da Casa Grande de Freixo de Numão – 15 Anos de (Sobre) Vivência	17
Os encontros de Fozcoenses.....	27
Estranho documento oficial.....	29
Defesa e aproveitamento dos recursos endógenos	
A linha do caminho-de-ferro do Pocinho a Barca d'Alva	31
El camino imposible a Portugal	37
“Territórios do Côa – propósitos da associação e linhas mestras da EEC PROVERE Turismo e Património no Vale do Côa”	41
Pocinho – História e tradição.....	43
O Côa, um território de referência	51
O Património do Côa como um activo para o desenvolvimento.....	55
Usos tradicionais do sumagre duriense e fozcoense: uma planta dos tintureiros, curtidores, boticários e também dos gastrónomos	59
Etnobotânica altoduriense: o sumagre na Cultura e na História	65
Arte, cultura e tradição em Vila Nova de Foz-Côa.....	77
Do cântico da “Cabana” ao Solstício de Inverno	87

Os projectos para uma rede ferroviária na zona interior a Sul do Douro	95
A Crise da Monarquia Constitucional (1870-1910) – Alguns reflexos na vida política Fozcoense	103
A Religiosidade no concelho de Vila Nova de Foz Coa durante o Estado Novo.....	111
Síntese dos trabalhos arqueológicos em Castanheiro do Vento. Campanha de 2011	131
Os bens culturais de Freixo de Numão – 1911.....	139
Incursões nos corredores do Estado Novo <i>Memórias reveladas numa exposição</i>	149

Por milhões de razões... para uma protecção colectiva de um património cultural universal de valor excepcional

JOSÉ PAULO FRANCISCO*

Resumo

Com base no pluralismo inerente aos livres-pensadores, mas mais do que isso, partilhando uma vontade de participar, agir e contribuir para a construção das mudanças necessárias, este texto trata de um pensamento para a acção do Parque Arqueológico/ Museu do Côa.

No seguimento de outros nossos trabalhos defendemos para a Arqueologia um papel de maior importância no processo de desenvolvimento sustentável a nível local, através da cadeia de valor do património arqueológico, assim como uma Museologia mais atenta ao envolvimento das pessoas-Museologia social, em que os museus sustentáveis estão assentes em valores humanistas de inclusão.

Palavras-chave: Arqueologia Patrimonial. Museologia Social, Parque Arqueológico/Museu do Côa. Património Mundial. Multivocalidade.

Recordamos a *Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial*¹, adoptada pelo Comité do Património Mundial a 28 de Junho de 2002, no âmbito do Ano das Nações Unidas para o Património Cultural e das celebrações do trigésimo aniversário da *Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural*, que foi adoptada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972, no ano em que se celebra o seu quadragésimo aniversário.

Para relembrar a sua recomendação da efectivação, "de um justo equilíbrio entre a conservação, a sustentabilidade e o desenvolvimento, de modo a proteger os bens do património mundial através de actividades adequadas, que contribuam para o desenvolvimento social e económico e para a qualidade de vida das nossas comunidades".

Entendemos a Arqueologia como uma prática social contemporânea que visa produzir discursos acerca dos processos sociais do passado criando valores no presente, através da apropriação social dos mesmos num contexto multivocal. Desta forma propomos o desenvolvimento de uma Arqueologia Patrimonial que tenha como objectivo a formação do conceito de património arqueológico, enquanto construção social.

A Arqueologia Patrimonial trata da produção e da gestão do património arqueológico enquanto construção social rumo a um conhecimento ético e socialmente comprometido, que deve permitir o acesso à sua produção e aos seus resultados.

Esta linha de investigação pretende converter a arqueologia numa ciência social emancipada, ao serviço da humanidade global, em que o passado e as suas materialidades representem uma forma de comunicação entre os processos de investigação e de gestão do património arqueológico e tragam à colação os fundamentos teóricos de uma arqueologia activa sociopoliticamente, concebida como ferramenta de construção social, através da reconstrução da memória.

Esta perspectiva, se aplicada, contribuirá para uma valorização social da prática arqueológica, para uma maior consciencialização patrimonial por parte de todos e para aumentar o potencial de satisfação do público face à arqueologia perante as novas necessidades de cidadania.

Na actualidade assistimos a uma nova interpretação do património cultural, não só como valor simbólico, mas também como objecto de consumo por parte das pessoas que encontram nele uma forma de deleite, de distinção, reconfigurando-se a cultura de um modo mais individualista e menos colectivo. Neste sentido, a cultura

* Arqueólogo. arqconsulting@gmail.com

¹ http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php

combina a sua função simbólica com outra mais tangível que é converter-se numa fonte geradora de riqueza e de actividade. Neste sentido há um enorme interesse político e institucional em comprovar as inter-relações entre a economia e a cultura, mais concretamente na forma de dimensionar as suas possibilidades como estratégia de desenvolvimento económico.

Na actualidade a “economia da cultura” vem adquirindo uma importância crescente nos estudos relativos ao desenvolvimento económico. Tal derivada de diversas circunstâncias a saber: os efeitos económicos que o sector cultural gera na criação de emprego, investimentos e produção; a utilização da cultura como ferramenta eficaz no âmbito das estratégias de políticas económicas regionais e urbanas e o crescimento do denominado turismo cultural, associado a uma maior valorização do ócio na sociedade actual.

A democratização do acesso à cultura situa, cada vez mais, o património arqueológico no âmbito do mercado, pelo que este passa a ser entendido como recurso económico, segundo uma gestão de carácter público-privada, aberto ao grande público.

Perante esta conjuntura, entendemos que o Parque Arqueológico/Museu do Côa, para além da sua função de investigação, conservação, gestão e divulgação do património, deve reivindicar a sua reconversão num espaço de educação e de ócio, com base nas políticas de turismo cultural sustentável.

Tendo presente as funções culturais e educacionais que possui, reivindicamos para o PAVC/MUSEU DO CÔA a construção de um discurso que possibilite uma maior acessibilidade física e intelectual ao património arqueológico e à investigação realizada, aplicando o Código de Prática da Associação Europeia de Arqueólogos, aprovado em Ravenna, a 27 de Setembro de 1997 (<http://www.e-a-a.org/EAA-Codes-of-Practice.pdf>), que obriga a levar a cabo todos os processos necessários para informar o público dos objectivos e métodos da prática arqueológica.

O visitante da “arte rupestre” do Vale do Côa tem sido guiado através de um modelo de

apresentação parcial do fenómeno “artístico”, que resulta da inexistência de uma interpretação holística sobre a “actividade artística pré-histórica” desenvolvida com base nas coordenadas espaço-temporais. São pois necessárias novas fórmulas de “mostrar” para que se verifique nos indivíduos que observam este bem cultural, uma apropriação simbólica com o espaço que os envolve, de capital importância para introduzir diferentes níveis de significação nos “processos de patrimonialização”.

A arte paleolítica é uma “arte”, apenas enquanto objecto de contemplação pelo sujeito contemporâneo que a visualiza como possuidora de um enorme poder de atracção estética.

A arte dos caçadores-recolectores do Paleolítico superior seria vivida como parte de um sistema simbólico de apropriação e de construção social da paisagem, produto da interacção entre os grupos humanos e o meio natural. A sua apresentação pública deve evidenciar esta postura assim como a mensagem de que não existe uma separação entre os aspectos “rituais” e “quotidianos” no seio destas comunidades.

Nesta perspectiva cabe ao guia, intérprete do património, intervir no processo para guiar a experiência, corrigir a recepção e estruturar o conhecimento. Esta deve ser a última fase da *Cadeia de Valor do Património* - sequência de instâncias que intervêm no processo de estudo e gestão do património.

Para que um objecto possa ser considerado bem patrimonial, deve ser o resultado final da implementação das sucessivas fases da Cadeia de Valor: Identificação; Documentação; Significação; Avaliação; Conservação; Valorização e Recepção.

A Cadeia de Valor do Património é paralela à Cadeia de Valor da Ciência (produção, transferência, difusão e serviços técnicos), e tem por objectivo criar uma *Tecnociência do Património Arqueológico e Cultural*, como forma de acesso cognitivo ao mundo que não se limita a analisar a realidade e gerar um conhecimento auto-suficiente, mas construir e transformar a realidade através da sua plena inserção no sistema produtivo.

A nossa interpretação didáctica do património arqueológico, insere-se na designada museografia didáctica (Santacana & Serrat 2005) e parte do pressuposto de que as estratégias de apropriação do objecto por parte do sujeito devem ser garantidas pela mediação proporcionada pelo discurso expositivo/interpretativo. Este deve *permitir descrever a organização dos objectos como uma linguagem a apreender*, como um dispositivo material, de reconstrução de uma situação social, em que os objectos revelam significados produzindo unidades de significação.

A visita deve ser concebida como experiência de narração sobre o espaço/tempo, lugares e território, através da introdução de uma nova forma de visitação, baseada em percursos pedestres guiados a vários núcleos de arte rupestre e na introdução de uma visão de “território antropomórfico” enquanto construção simbólica por parte das comunidades de caçadores-recolectores. Pretende-se, assim, estabelecer uma comunicação patrimonial centrada no estímulo que esta descoberta pode exercer sobre o sujeito observador, através de um processo de experimentação e apropriação mediado pela interpretação.

Os parques arqueológicos devem ser espaços de socialização da arqueologia e de construção social do conhecimento, de criação de experiências culturais e sociais, pelo que a acessibilidade física e intelectual ao património arqueológico, por parte do público, deve converter-se em prioridade.

A nossa perspectiva e alternativa são a reivindicação da rentabilidade prática que sirva um ideal transformativo e a produção de um conhecimento socialmente útil, partindo da premissa que este só existe enquanto processo reflexivo de diálogo que “rompe a barreira” entre os arqueólogos, o passado e a sociedade actual.

Para alcançar esta rentabilidade social do património arqueológico, adoptamos uma visão Construtivista (Prats 1997) que entende o património cultural como fruto de um processo de construção social, aliada a uma posição *Produtivista* (Ashworth 1994, Kirshenblatt-Gimblett 2001), para a qual o património é um recurso para o turismo cultural.

Segundo Santana (2005:59), na sua relação com o património cultural são três as estratégias de desenvolvimento turístico: preservação e protecção absoluta de espaços para o futuro e para o serviço da ciência; conservação e compatibilização do património com o seu uso orientado para o turismo de massas; conservação do património cultural.

A partir desta perspectiva o património arqueológico é uma nova forma de “produto cultural”, através do qual alguns lugares se convertem em destinos turísticos (Kirshenblatt-Gimblett 2001), no âmbito de uma lógica de “gestão do património” que ganha terreno face a uma “lógica da conservação” e que reconfigura a Arqueologia como uma tecnologia para a sua produção e gestão.

A arte paleolítica do Vale do Côa deve assim ser entendida, pela acção do PAVC e do seu Museu, como um “pró comum” através de uma apropriação pública mediante formas de trabalho e colaboração comunitárias. O passado vive no presente, exerce uma influência nos processos de identidade e nos processos económicos e políticos sobre o mundo contemporâneo e, como tal, deve ser protegido como recurso da criação social de investigação científica e conhecimento público, que é de todos em geral e de ninguém em particular.

Concretizando, defendemos que o PAVC deve ser um laboratório vivo, dentro do conceito de “Living Labs”, aberto à inovação em contexto rural, através da participação do utilizador final que é co-produtor do que é produzido, assim como de inovação social através de novas ideias que tenham como fim, alcançar objectivos e satisfazer necessidades sociais, através de actividades e serviços inovadores. Este conceito foi introduzido em Portugal por Carlos Zorrinho (coordenador do Plano Tecnológico e da Estratégia de Lisboa), no âmbito do Seminário Europeu de “Living Labs”, organizado pelo Gabinete Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico, pelo IAPMEI e pela Universidade do Minho (Guimarães, Maio, 2007), em colaboração com a Rede Europeia de “Living Labs” e a Direcção Geral da Sociedade de Informação e Media da Comissão Europeia.

As paisagens, aparecem ao observador como um documento territorial para ser lido e interpretado e as paisagens arqueológicas de que tratamos, exigem dos arqueólogos uma descodificação e releitura do seu sentido original, visando a construção de um discurso acerca da territorialização da paisagem, ou seja, o reconhecimento de que cada território se manifesta paisagisticamente numa fisionomia singular, através de uma pluralidade de imagens sociais.

Nesta perspectiva, os espaços de arte rupestre deixam de ser percebidos como manifestações de auto-explicação subjectiva e passam a ser, experiências culturais de simbolismo colectivo. **Através da sua integração na lista do Património Mundial, passa a ser a comunidade internacional a que lhe dá significado através de uma aproximação multicultural de experiência estética, mediante a qual o sítio é categorizado como de significação mundial.**

BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, P. (2000) – *Los orígenes de la posmodernidad*. Barcelona: Anagrama.
- ASHWORTH, G. (1999) – From History to Heritage. From Heritage to Identity. In Ashworth, Gregory; Larkan, Peter eds. *Bulding a New Heritage*. Londres. Routledge, pp. 13-30.

- BALLART, J. (1997) – *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Barcelona: Ariel.
- BARREIRO MARTÍNEZ, D. (2006) – Conocimiento y acción en la Arqueología Aplicada. Complutum. Madrid. 17, pp.205-219.
- CRIADO BOADO, F. (2012) – *Arqueológicas: La Razón Perdida*. Barcelona: Bellaterra.
- GONZALEZ RUIBAL, A. (2008) – Time to Destroy. An Archaeology of Supermodernity. Current Archaeology.Londres. 49:2, pp. 247-79.
- KIRSHENBLATT-GIMBLETT, B. (2001) – La Cultura de las Destinations: teoritzar el património”. Revista de Etnologia de Catalunya. Barcelona. 19, pp. 44-61.
- PRATS, L.(1997) – *Antropologia y Patrimonio*. Barcelona: Ariel.
- SANTACANA, J.; Serrat, N. (2005) – *Museografia Didáctica*. Barcelona: Ariel.